

CADERNO DE ENCARGOS

Artigo 1.º - Objeto do fornecimento

O presente procedimento consiste na aquisição de três viaturas de cabine dupla, nas condições definidas no presente Caderno de Encargos.

Artigo 2.º - Características e Especificações Técnicas

2.1. - Viatura de Cabine Dupla, de 5 lugares 4x4, com as seguintes características:

Quantidade: 1 uni

- Viatura de 5 lugares 4x4;
- Combustível Diesel;
- Cilindrada igual ou superior a 1.898cc;
- Potência igual ou superior a 140cv;
- Caixa de velocidade manual de mínimo 5+1 velocidades;
- Pintura de cor branca;
- Ar condicionado;
- Auto rádio;
- Sistema mãos livres Bluetooth;
- Fecho centralizado;
- Imobilizador;
- Painel de instrumentos convencional;
- Retrovisor interior "night & day"
- Vidros elétricos frente e trás;
- Direção assistida;
- Volante regulável em altura;
- Espelhos retrovisores com ajuste elétrico;
- Tapetes na cabina do condutor e ocupantes em borracha;
- Roda de reserva;
- Dísticos em vinil com logotipo do Município de Aljezur nas portas laterais dianteiras e capô, com o formato 50cm x 36cm de cor preta com A em verde nas portas e com o formato 25cmx10cm de cor preta com A em verde;
- Caixa aberta com taipais de madeira e fundo em chapa;
- Jante 16" x 7.0J
- Medida de pneus 245/70R16

2.2. - Viatura de Cabine Dupla, de 5 lugares 4x2, com as seguintes características:

Quantidade: 2 uni

- Viatura de 5 lugares 4x2;
- Combustível Diesel;
- Cilindrada igual ou superior a 1.898cc;
- Potência igual ou superior a 140cv;
- Caixa de velocidade manual de mínimo 5+1 velocidades;
- Pintura de cor branca;
- Ar condicionado;
- Auto rádio;
- Sistema mãos livres Bluetooth;
- Fecho centralizado;
- Imobilizador;
- Painel de instrumentos convencional;
- Retrovisor interior "night & day"
- Vidros elétricos frente e trás;
- Direção assistida;
- Volante regulável em altura;
- Espelhos retrovisores com ajuste elétrico;
- Tapetes na cabina do condutor e ocupantes em borracha;
- Roda de reserva;
- Dísticos em vinil com logotipo do Município de Aljezur nas portas laterais dianteiras e capô, com o formato 50cm x 36cm de cor preta com A em verde nas portas e com o formato 25cmx10cm de cor preta com A em verde;
- Caixa aberta com taipais de madeira e o fundo em chapa;
- Jante 15" x 6.5J
- Medida de pneus 215/70R15

Artigo 3.º - Pagamento de IUC e Despesas de Legalização

1 - O Imposto Único de Circulação referente às viaturas não deverá ser imputado ao Município em virtude do mesmo se encontrar isento do seu pagamento.

2 - As despesas de legalização e transferência de propriedade das viaturas serão da responsabilidade do vendedor.

Artigo 4.º - Entrega dos equipamentos

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do Município, no prazo constante da proposta adjudicada, não superior a noventa dias úteis.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.

3 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município, bem como o risco de deterioração dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

Artigo 5.º - Parâmetro Base do Preço Contratual

1 - O preço Base (valor máximo) do procedimento é de €72.700,00 (setenta e dois mil e setecentos euros), o qual não inclui o IVA.

2 - Os preços apresentados nas propostas são os preços de venda sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e incluem, para além do valor das viaturas propriamente dito, o seguinte:

- a) O custo dos serviços de transporte e respetivos seguros até ao local de entrega designado;
- b) O custo com o desalfandegamento e matriculação – Documento único automóvel;
- c) Outros impostos se aplicável;
- d) O custo da assistência pós-venda e outros incluídos no âmbito da garantia;
- e) Os acessórios exigidos pelo Código da Estrada;
- f) O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
- g) O combustível necessário à verificação imediata do veículo;
- h) A documentação a fornecer.

Artigo 6.º - Condições de Pagamento

1 - O pagamento será efetuado, após aceitação da fatura, num prazo de 30 dias.

2 - O pagamento será efetuado diretamente ao fornecedor.

Artigo 7.º - Obrigações Principais do Fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecimento dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico de peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato, pelo prazo de 10 anos a contar do prazo de entrega.

Artigo 8.º - Conformidade e Operacionalidade do Bem

1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao Município (em morada a indicar posteriormente) os bens objeto do contrato com as características e especificações técnicas previstas no artigo 2.º do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo estipulado na proposta sendo que caso o mesmo não seja cumprido, por facto imputável ao fornecedor, poderá implicar o pagamento por parte deste ao Município, de uma multa, nos termos do artigo 14.º, por cada dia que for excedido o referido prazo.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita a conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhes são entregues.

Artigo 9.º - Garantia Técnica

1 - Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante o bem objeto do contrato, pelo prazo mínimo de dois anos, a contar da data da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e especificações técnicas definidas no artigo 2.º do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- f) A mão-de-obra.

3 - No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 - A reparação ou substituição previstas no presente número devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.

Artigo 10.º - Contrato

A adjudicação é formalizada por contrato escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

Artigo 11.º - Aprovação e Aceitação da Minuta do Contrato

1 - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

2 - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

Artigo 12.º - Despesas do Contrato

1 - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos/taxas legalmente devidos pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de € 48,87, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.

2 - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Artigo 13.º - Gestor do Contrato

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 14.º - Penalidades Contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = (V \cdot D / 365) / 3$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V corresponde ao valor do contrato do fornecimento, e D corresponde ao número de dias em atraso.

Artigo 15.º - Obrigações de Sigilo

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Artigo 16.º - Cessão da Posição Contratual

1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais alterações.

Artigo 17.º - Subcontratação

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

Artigo 18.º - Casos fortuitos ou de força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - A parte que invocar casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 19.º - Patentes, licenças e marcas registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no presente procedimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 20.º - Resolução do Contrato

1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, a outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega do bem ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 60 dias úteis.

Artigo 21.º - Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

Artigo 22.º - Condições comuns

1 - A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

2 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas.

Artigo 23.º - Legislação Aplicável

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais legislação aplicável.